

PACOTE FISCAL

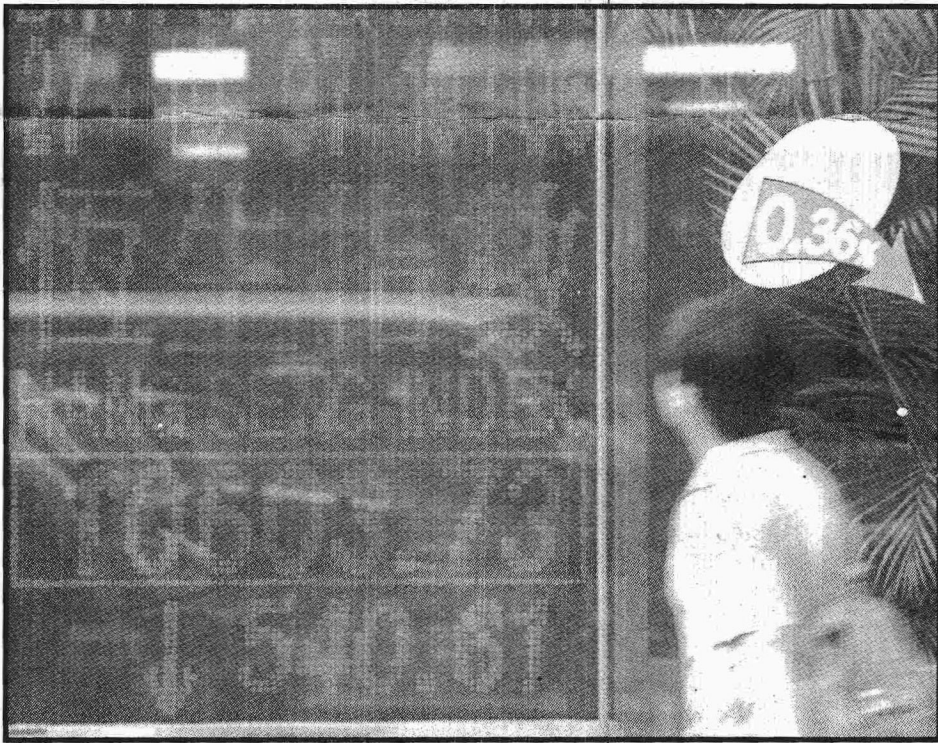
1

FOI A CRISE DAS BOLSAS NA ÁSIA, COM REFLEXOS NO BRASIL, QUE OBRIGOU O GOVERNO A BAIXAR O PACOTE?

Marshal MacLluham, o mago da comunicação de massa, criou o conceito de aldeia global no finalzinho da década de 50. Na época, ele se referia ao desenvolvimento das tecnologias dos meios de comunicação, e da televisão, em particular, que faria a informação chegar simultaneamente em todos os lugares da terra. Nosso planeta seria como uma pequena vila, onde todo mundo sabe de tudo. Quase 50 anos depois, a aldeia global de MacLluham é uma realidade, só que movida a dinheiro.

"O dinheiro pode ir de um lugar para outro rapidamente, sem problemas de fronteiras, apenas através de uma ordem dada ao computador", afirma o diretor executivo da IBT Asset Managment, Roberto Nishikawa, que trabalhou durante seis anos no mercado fi-

Thomas Cheng/France Presse



Índice da Bolsa de Valores de Hong Kong: vendaval com a fuga do dinheiro internacional

nanceiro japonês. Esse dinheiro entra ou sai de um país através das bolsas de valores. É como se fosse uma porta de entrada. Outra porta de entrada são os investimentos diretos, aqueles vindos do exterior para construção de uma indústria, por exemplo. Esse, não tem como ir embora. Já o da bolsa... sai a hora que quiser. O que acontece nas bolsas de valores, portanto, é um sinal do movimento do dinheiro.

Os chamados países emergentes, como a Tailândia e o Brasil, dependem desse dinheiro para financiar suas contas, fazer investimentos; crescer, enfim. É como se estivessem tomando dinheiro emprestado para pagar mais tarde, com juros — altos, claro. O problema começa quando os investidores percebem que o país se endividou demais e não tem como pagar o que deve. Aí, vão embora mesmo, para não perder mais. É melhor pegar 50 agora, do que ficar com o mico de 100 na mão. Foi o que aconteceu nos países asiáticos no começo da crise. O dinheiro saiu rapidinho. O Brasil, que também gasta mais do que tem, entrou na ciranda internacional. E, aqui, como lá, os investimentos nas bolsas começaram a sair.

A resposta, portanto, é sim, a crise nas bolsas asiáticas causou estragos no Brasil. Na aldeia global de MacLluham, o que acontece na Ásia repercute no Brasil, pela familiaridade entre as duas regiões. Como havia muito dinheiro fugindo das bolsas brasileiras, o governo precisava tomar uma atitude rápida para dar garantia aos investidores de que honraria seus compromissos. O pacote baixado na semana passada é justamente uma forma de arranjar mais dinheiro, tanto aumentando as receitas (através de aumento de impostos) quanto reduzindo os gastos (demissão de funcionários públicos, por exemplo).

O estrago aconteceu no mundo todo — do Japão a Nova York, passando por Londres e Paris. E aí vem a diferença entre os primos pobres Brasil e Tailândia e os ricos Inglaterra, França e Estados Unidos. Não se tem notícia de que, mesmo sofrendo com quedas nas bolsas, os governos desses países tenham embrulhado pacotes semelhantes ao brasileiro. "São países com os fundamentos econômicos organizados e seguros", explica Nishikawa. O Brasil se complicou porque passou a depender demais do dinheiro estrangeiro e não se preocupou, durante o período de tranquilidade desde o começo do Plano Real, em cuidar das suas contas internas. Achou que poderia ir tomando empréstimos fora indefinidamente. A fonte secou — pelo menos, temporariamente. O mundo é mesmo uma aldeia, como imaginava MacLluham, mas o dinheiro tem dono.

2

O PACOTE VAI PROVOCAR RECESSÃO?

Tradução de recessão: desemprego, falta de dinheiro na praça, menos compras, menos produção, menos riquezas.

Se há uma unanimidade sobre a medidas adotadas pelo governo para enfrentar a crise é sobre os seus efeitos na vida do cidadão - a recessão descrita na primeira linha. Alguns estudos do Dieese, o Departamento Intersindical de Economia e Estudos Sociais e Econômicos, projetam uma taxa de desemprego de 30% no ano que vem. Todas as medidas caminham nesse sentido.

A alta nas taxas de juros, sozinha, já havia cumprido parte desse papel. Animada pela estabilidade dos últimos anos, a população brasileira havia desco-

berto o crediário a longo prazo para comprar de geladeira a carros zero quilômetro. As classes C e D pareciam ter chegado ao paraíso das compras. Os juros já eram altos, mas a tranquilidade aparente das prestações fixas davam a ilusão de que o tão sonhado freezer estava ao alcance da mão. Com as novas taxas, ficou impossível comprar. Até porque as financiadoras reduziram os prazos de pagamento. Com as pessoas deixando de comprar, o comércio vai vender menos. A indústria, na sequência, vai produzir menos também. O crescimento será menor.

As medidas do pacote vão mais fundo nessa direção. A idéia geral é exatamente provocar uma recessão. O seu objetivo principal é equilibrar as contas da balança comercial, a que mede a diferença entre tudo o que o país importa e o que exporta. O país está no vermelho nesse setor. Com o real quase equiparado ao dólar e a abertura na economia, o mercado brasileiro vem sendo inundado de produtos estrangeiros, de cremes para rugas a eletrodomésticos. A exportação, ao contrário, anda mal das pernas. Nossos produtos são caros lá fora, mais uma vez, por causa da paridade do real com dólar. O resultado é que o volume das importações tem superado o das importações. Resultado: déficit, rombo, buraco.

A recessão do pacote ataca as duas pontas da balança. De um lado, pretende reduzir as importações, já que, aqui dentro, já não há mais mercado — o consumidor sumiu, apavorado com a altura dos juros.

Quem produz, portanto, tem que ir atrás de outros compradores no exterior. A batalha não será fácil. É que, com a desvalorização das moedas asiáticas, nossos produtos estão cada vez mais caros no mercado internacional.

Se a recessão provocada por esse pacote não for suficiente para equilibrar essas contas, o governo estará de frente com outra opção dolorosa — desvalorizar o real, como forma de concorrer com os preços internacionais, e limitar as importações. Ou então, aprofundar a recessão. Ou as duas coisas juntas.

3

O REAL PODE SER DESVALORIZADO MAIS ADIANTE?

Curto e grosso: pode.

1. **Cenário internacional:** "As bolsas de valores do mundo estão contando uma história", garante o professor Carlos Eduardo de Freitas, da Fundação Getúlio Vargas, de Brasília, e ex-diretor da área externa do Banco Central. "Só que não sabemos ainda que história é essa". Há dois *scripts* possíveis para o final. O primeiro é que se trata de uma tempestade apenas temporária. As quedas das últimas semanas seriam uma acomodação dos preços das ações e papéis, que estariam super valorizadas no mundo todo. Esta é a teoria do presidente do Federal Reserve, o banco central americano, Alan Greenspan. A segunda é que o tão cultuado dinheiro internacional, que parecia inesgotável até agora, não existe.

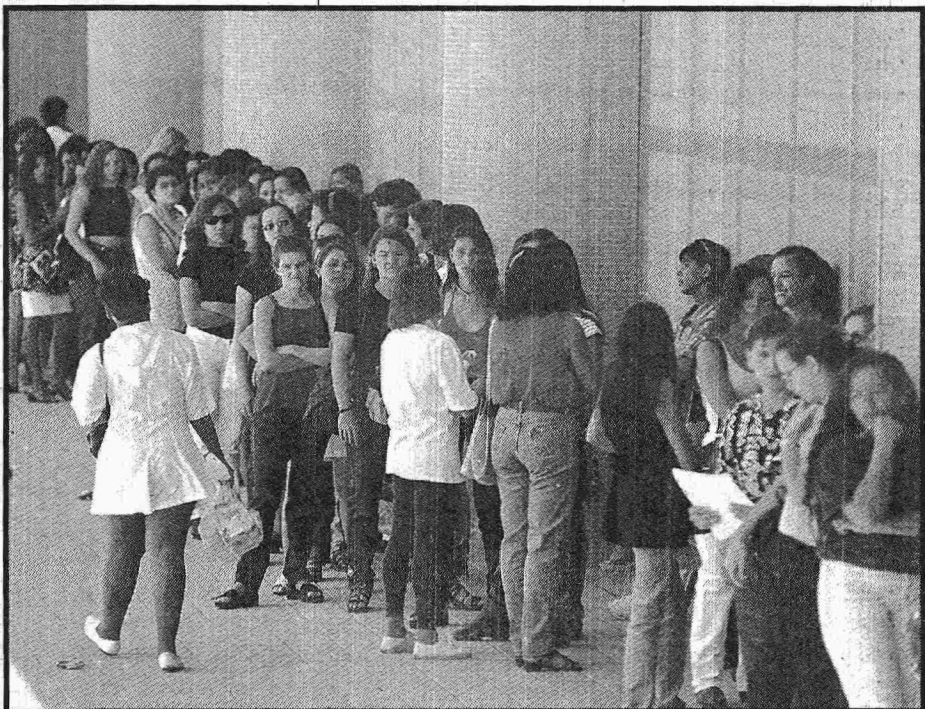
2. **Cenário nacional:** supondo-se que os números do governo estão corretos e o pacote da semana passada vai acrescentar 20 bilhões de dólares aos cofres nacionais em 1998, entre economias e dinheiro a mais vindo da arrecadação de impostos. Passado algum tempo, entra em vigor o lado perverso do pacote. O aumento de juros pode corroer esse dinheiro. Ou seja, embora o dinheiro do governo vá aumentar, a dívida também vai crescendo como uma bola de neve, engordada pelo aumento de juros. Contando também com uma queda na arrecadação, porque as pessoas vão comprar menos, ganhar menos e até perder o salário de onde sai o imposto de renda, vítimas do desemprego, e outras perdas, via importação, a bola vai diminuir. Pelas contas do professor Freitas, três quartos do que o governo pretende arrecadar em 12 meses serão fumaça.

Agora, junte os dois cenários. Se a crise nas bolsas internacionais for apenas um ajuste a valores mais realistas, o pacote do governo pode ser suficiente. Não cresceremos, mas aguentaremos o tranco. O dinheiro internacional vai continuar a pingar para financiar o déficit. O Brasil repetiria a história argentina pós-quebra do México, em 1995, quando o governo Menem fez um ajuste fiscal semelhante ao nosso, sem desvalorização da moeda. Entretanto, se o cenário internacional for mais amplo e revelar a ilusão inesgotável do dinheiro internacional, o país se complica. Sem ter onde cortar ou arrecadar, poderá não haver outra alternativa a não ser desvalorizar a moeda, uma medida rápida e de efeitos imediatos. De uma hora para outra, os dólares vão começar a entrar através das exportações.

A decisão entre uma ou outra estratégia é política. Até agora, ao contrário do que aconteceu na Tailândia, por exemplo, o governo brasileiro claramente optou pelo ajuste fiscal por fora. Desvalorização, nem pensar. Faz sentido, dentro da realidade brasileira. O Plano Real, para os brasileiros, significa o fim da inflação. Uma desvalorização da moeda traria inevitavelmente inflação, já que haveria aumento de preços nos produtos que estão vindo de fora. O ajuste fiscal interno traz recessão. É uma coisa ou outra. Por enquanto, o governo já deixou clara sua opção. Mas como querer nem sempre é poder, o cenário internacional pode obrigar o governo a mudar de posição.

O professor Freitas tem até uma data fatídica para responder a essa pergunta, bem ao gosto do jeitinho brasileiro — o Carnaval. Até lá, saberemos o final da história das bolsas e do pacote.

Raimundo Paccó



Fila de trabalhadores a procura de emprego: recessão prevista para começar no Natal

Arlete Salvador
Da equipe do **Correio**

Três anos de tranquilidade foram por terra, arrastados pelo vendaval que veio do Sudeste Asiático. E uma das palavras mais terríveis dos tempos de inflação voltou a habitar o universo dos brasileiros — o pacote. Dúvidas, incertezas e, em especial, medo do futuro chegaram com as primeiras árvores de Natal. Os próximos meses não serão fáceis, como atestam os especialistas consultados pelo **Correio** para desembulhar novo pacote.

DESEMBRULHADO

4

O PACOTE ATINGIU RICOS E POBRES IGUALMENTE?

O primeiro choque foi o aumento de 100% nas taxas de juros. Para os contribuintes de classe média, ficou mais caro entrar no cheque especial. O televisor 29 polegadas a ser pago em 24 prestações fixas ficou mais distante. Para os empresários, ficou exorbitante tomar dinheiro emprestado dos bancos. Depois, vieram as medidas do pacote fiscal. A classe média, de novo, foi convocada a dar a sua parcela de sacrifício pagando mais imposto de renda. Para os pobres, aqueles do grupo assalariado que estão fora das faixas de pagamento de IR, sobrou o fantasma do desemprego. Para quem não tinha nem isso, não sobrou nem a esperança de chegar lá.

“Mesmo que de forma indireta, todos estamos sendo penalizados”, afirma Flávio Castelo Branco, coordenador de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria. É verdade. Uma recessão, como a que se avizinha, não poupa mesmo ninguém. O problema é dimensionar quem está apagando a maior parte da conta.

As empresas têm como se defender. Vão repassar para os compradores os aumentos de impostos, como o IPI e o dos combustíveis, mesmo que se propõem a absorver parte do prejuízo. Mais tarde, podem demitir, para reduzir seus custos. O mercado financeiro, embora penalizado pelo aumento dos juros, foi poupado no emburulho fiscal. Aumentar a CPMF, como queriam alguns parlamentares, afugentaria o capital — tudo que o governo não quer neste momento.

Já o consumidor vai ver o seu dinheiro emagrecer em duas frentes — na forma de preços mais altos (resultado do aumento do IPI em alguns produtos e do combustível) e na garfada do imposto de renda. Estes são a presa mais fácil encontrada pelo governo. Segundo cálculos dos próprios ministros da área econômica, existem hoje 8 milhões de contribuintes do Imposto de Renda de Pessoa Física. Todos têm nome, telefone e CPF. São velhos conhecidos da Receita Federal. Trata-se de um imposto fácil de ser cobrado (afinal, vem descontado no contra-cheque), com baixa margem de sonegação.

“Do ponto de vista do governo e dos objetivos do pacote”, a medida está certa, diz o professor Carlos Eduardo de Freitas. O professor acha que a tungada pura e simples do IR poderia ser substituída por uma espécie de empréstimo compulsório, a ser devolvido anos mais tarde com taxas de juros mais baixas que as do mercado. O problema dessa idéia é que ela é bastante sofisticada, depende de negociações com o Congresso. Para um governo que tem pressa, aumentar o IR era a saída mais fácil e rápida.

A classe média também está no caminho do desemprego. O governo está prometendo demitir pelo menos 30 mil servidores públicos, começando pelos que não têm estabilidade. Com a queda no consumo, o comércio vai começar a demitir num primeiro momento e, no segundo, será seguido pelas indústrias. Ameaçados pelo facão estão também os trabalhadores de classe média baixa, em geral menos qualificados. Poucados do pagamento do IR, são os primeiros a ir para a rua num momento de crise — porque são facilmente substituídos.

Resta saber o que acontece com os pobres de fato, aqueles sem CPF ou carteira de trabalho assinada. Estes, com certeza, são os que têm menos capacidade de se defender. Pior: são os que dependem dos serviços do Estado, como saúde e benefícios sociais, para sobreviver. Embora o governo garanta que esses setores não serão atingidos pelos cortes de despesas, o emagrecimento do Estado como um todo deixará essa parcela da população desamparada.

5

A INFLAÇÃO PODE VOLTAR?



Na teoria econômica, inflação não combina com recessão, mas a história brasileira está aí para provar que a teoria na prática é outra. A inflação pode voltar sim, mas não já.

“Com o pacote, deveremos ter até uma deflação”, entende o professor da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Eduardo de Freitas.

A tendência no primeiro momento é que haja queda em alguns preços, porque, na falta de compradores, as empresas terão que fazer ginástica para ganhar o consumidor. Algumas delas que estão com os estoques repletos de produtos para vender no Natal. Não interessa ficar com a mercadoria parada. É prejuízo na certa. Na lógica empresarial, é melhor ter uma perda menor (absorvendo parte da taxa de juros) do que perder tudo.

Isso já está acontecendo do setor de automóveis, por exemplo. Algumas montadoras estão fazendo promoção de alguns modelos, mantendo juros mais baixos dos que autorizados pelo governo, embora mais altos do que os que vinham sendo praticados algumas semanas atrás, antes da confusão nas bolsas asiáticas. É a tal da lei da oferta e da procura. Muita oferta, preços mais baixos — embora, baixos no caso, seja só força de expressão. “Se as taxas de juros não baixarem logo, não sei como as empresas aguentarão”, diz Flávio Castelo Branco, coordenador de política econômica da Confederação Nacional da Indústria, CNI.

A inflação é um fantasma que voltaria a rondar a vida brasileira no caso de uma desvalorização do real. Nesse caso, os produtos importados chegariam ao Brasil muito mais caros. Os aumentos aconteceriam diretamente sobre massas de macarrão e roupas vendidas em lojas como também naqueles produtos feitos com matéria-prima importada. Na cadeia de preços, um aumento aqui leva a outro aqui e, rapidamente, poderia haver aumentos discriminados.

A pressão sobre os preços também viria através do aumento das exportações. Com o real valendo menos, os produtos brasileiros passariam a ser mais competitivos lá fora. As empresas aqui estariam mais interessadas em exportar do que em vender no mercado interno e, como haveria mais compradores disputando seus produtos, o preço tenderia a aumentar. É a lei da oferta e procura de novo.

Dessa vez, como a procura é maior, já que os compradores estrangeiros entrariam na disputa, o preço subiria. A opção do governo por um modelo recessivo neste momento é justamente evitar a volta da inflação.

“Eu tenho 40 anos e, em toda a minha vida, só tive três anos sem inflação”, conta o arquiteto Cláudio Faria de Brito, de Brasília. “Não consigo imaginar uma volta aos 80% ao ano”, diz ele. Como Cláudio, a maior parte dos brasileiros acostumou-se a associar o Plano Real à ausência de inflação. Mesmo uma recessão, com aumento das taxas de desemprego, parece ser melhor do que o retorno à inflação. O governo sabe disso.

6

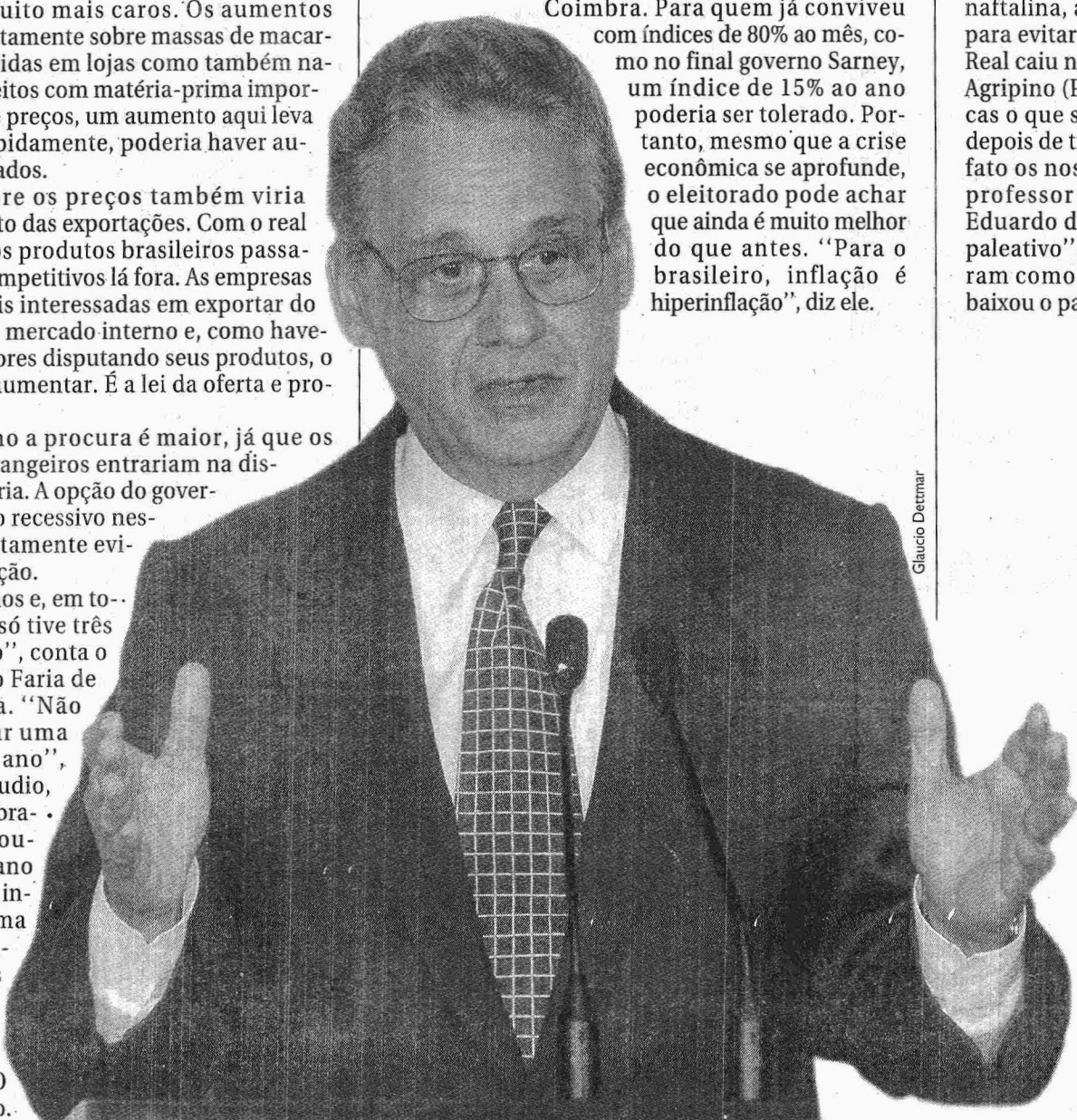
COM O PACOTE, AS CHANCES DE REELEIÇÃO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO DIMINUÍRAM?

Nada melhor do que a velha e boa sabedoria popular nessa hora: muita água vai rolar por baixo da ponte até a eleição. “Eleição é uma escolha real num momento real”, ensina Marcos Coimbra, do Instituto Vox Populi. A única certeza até o momento é que o futuro do presidente Fernando Henrique Cardoso está diretamente ligado ao sucesso do Plano Real. Sendo assim, é muito cedo para dizer que o pacote vai diminuir as chances de reeleição do presidente. O mais correto é dizer que o pacote vai, sim, influenciar a eleição do ano que vem. Para o bem ou para o mal, dependendo de que lado da eleição se está.

Se, em poucos meses, os juros começarem a baixar e houver uma certa estabilidade econômica, as medidas duras adotadas agora podem até dar uma mãozinha na campanha do presidente. “Fernando Henrique pode ser visto como um dirigente firme, capaz de tomar decisões sérias no momento apropriado”, acredita Coimbra. “Para o eleitorado, são características importantes no perfil de um candidato a presidente”. Nesse caso, as chances do presidente se reeleger podem até aumentar. Afinal, as pesquisas de opinião, realizadas ao longo da semana passada, revelaram que a população considerou o pacote necessário, apesar de não ter gostado nada dele.

Se a situação piorar, com uma eventual desvalorização da moeda, por exemplo, Fernando Henrique estará em maus lençóis. De franco favorito que é hoje, com possibilidades de levar o cargo ainda no primeiro turno, passará a combatente. Um segundo turno será quase inevitável. A dúvida, nesse cenário, é saber quem (ou o quê) vai enfrentar FHC como alternativa de governo. “Entendo que o espaço seria ocupado por uma candidatura mais conservadora, à direita”, afirma Fátima Pacheco Jordão, da Fato Pesquisa e Jornalismo, de São Paulo. “Alguém com um discurso desenvolvimentista e de crescimento”.

O nome mais forte com esse perfil, nesse cenário, é o do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Maluf não tem cacife eleitoral nacional, mas é um nome fortíssimo no estado de São Paulo, que representa um quarto do eleitorado. Não é pouca coisa. Uma candidatura de esquerda, como a de Luiz Inácio Lula da Silva, só teria lugar, segundo Fátima, se a realidade brasileira se deteriorar no campo social — levaria o eleitorado a buscar um candidato com mais sensibilidade para essa área. Entre as variantes da eleição está também o humor do próprio eleitorado. “Qual a inflação que estaria disposto a suportar?”, pergunta Coimbra. Para quem já conviveu com índices de 80% ao mês, como no final governo Sarney, um índice de 15% ao ano poderia ser tolerado. Portanto, mesmo que a crise econômica se aprofunde, o eleitorado pode achar que ainda é muito melhor do que antes. “Para o brasileiro, inflação é hiperinflação”, diz ele.



Glauco Detmar

7

E AGORA?

Em matérias pouco importantes ou consensuais, o presidente do Congresso Nacional, qualquer que seja ele, costuma perguntar aos seus pares na hora da votação: “Os que aprovam permaneçam como estão”. Vale tudo — estar sentado, em pé, ajoelhado ou de cócoras, deitado ou ausente. E a matéria, devidamente aprovada, segue em frente. Ao anunciar o pacote fiscal, na semana passada, o presidente Fernando Henrique Cardoso parece ter feito a mesma coisa que os seus colegas do Legislativo. Onde quer que você estivesse, seja lá como estivesse, concordasse ou não, ele está aí para ficar.

“Nossas pesquisas de opinião revelam que o brasileiro está sobressaltado”, diz Marcos Coimbra, do Instituto de Pesquisa Vox Populi. Parece que não há mais nada a se fazer além de continuarmos como estamos. Os primeiros efeitos do pacote fiscal serão sentidos já neste final de ano, nas vendas para o Natal. Na indústria, começarão a parecer de forma mais cruel, na versão desemprego, apenas no começo do ano. A reavaliação do impacto que as medidas terão sobre as contas do governo, só em meados do primeiro semestre.

Só aí se saberá o alcance verdadeiro desse pacote. O simples fato de ele existir, porém, não deixa margem para grandes manifestações de otimismo. “A fábrica de pacotes, os ovos de Páscoa das crises, é a área econômica. Ela adora pacotes, porque resolvem problemas que não são resolúveis”, afirmou o ex-presidente José Sarney num artigo publicado pela *Folha de S. Paulo*, na sexta-feira passada. Justo ele, que foi autor de vários pacotes.

O pacote FHC tem um componente que o diferencia dos demais ou o torna mais vulnerável do que os seus antepassados. Precisa convencer os investidores estrangeiros a manter (se possível aumentar) seu dinheiro no país. Mais do que arrumar a casa e colocar as contas em dia, o pacote FHC precisa dar uma demonstração de que o Brasil ainda vale a pena, tem um governo firme e está disposto a honrar seus compromissos. “Há uma boa dose de psicologia nesse momento, porque o capital internacional vai embora ao primeiro sinal de instabilidade”, afirma Roberto Nishikawa, executivo do banco de investimentos IBT Asset Management.

O aspecto psicológico também pesa no mercado interno. Quando os ministros da área econômica reuniram a imprensa na segunda-feira para desembulhar o pacote, houve quem sentisse cheiro de naftalina, aquela bolinha que se joga nas gavetas para evitar traças em roupas e objetos antigos. “O Real caiu na vala comum”, resumiu o senador José Agripino (PFL-RN). Mais do que as medidas práticas o que surpreendeu foi um sobressalto desses depois de três anos de paraíso. “Não resolvemos de fato os nossos problemas estruturais”, avalia o professor da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Eduardo de Freitas. “O plano real foi apenas um paleativo”. É por isso que os brasileiros continuaram como estavam quando Fernando Henrique baixou o pacote.

“A HISTÓRIA NÃO PERDOA QUEM VACILA NESSES MOMENTOS E NEM QUEM ADIA DECISÕES. TOMEI DECISÕES DURAS, MAS NECESSÁRIAS.”

Presidente Fernando Henrique Cardoso